

A geração distribuída e o planejamento setorial

BRITO, Osório de. "A geração distribuída e o planejamento setorial". Agência CanalEnergia. Rio de Janeiro, 18 de abril de 2018.

O longo período de abundância hídrica e de poucas ou nulas pressões ambientais impuseram ao país uma cultura de planejamento calcada, exclusivamente, em uma visão de oferta: essa cultura fixou-se na montagem e no aprimoramento contínuo de um parque centralizado. A não ser o acompanhamento "ao vivo" do comportamento do consumo, para fins exclusivamente operacionais, os acontecimentos ocorridos e as novidades tecnológicas inseridas, ou por inserir, na distribuição e, "ipso facto", a geração distribuída, dele não participavam. Na prática, pois, os componentes desse parque centralizado conectavam-se à rede em alta tensão, única forma, aliás, pela qual parte da geração distribuída, a formada por produtores de excedentes de monta, passaram a se inserir no chamado parque centralizado.

Com efeito, toda a dinâmica setorial ainda se baseia em um planejamento praticamente restrito à disponibilização da oferta, ao longo do tempo, planejamento esse intimamente ligado à forma de operar o sistema; de fato, o ONS, mediante esse acompanhamento "ao vivo" do mercado, limita-se a monitorar e, quando necessário, despachar os componentes do parque centralizado, porque esse devidamente planejado e preparado para esses fins. Consequentemente, para uma visão futura do Setor, esse modo de agir pressupõe que as eventuais alterações decorrentes deverão se cingir aos ajustamentos e ao aumento da eficiência de um parque centralizado: nessas condições, cria-se uma imagem de que a inexorável introdução de formulações oriundas na rede de distribuição não tenderia a influenciar o "modus operandi" do Setor Elétrico. Não será assim que se prevê o futuro setorial.

A presença já marcante de geração ao lado da carga, na baixa tensão, notadamente os oriundos de excedentes da cogeração e das instalações fotovoltaicas, ambos conectados às redes de distribuição, tenderão a anular, dentre outros benefícios, tanto o seu transporte, reduzindo a necessidade de investimentos na rede de transmissão, quanto o despacho de componentes do parque centralizado. Daí poder-se afirmar que, no futuro, o planejamento setorial não pode se enveredar em uma premissa errada, a de que não haverá influência das ações em baixa tensão no "modus operandi" setorial.

Enquanto a geração distribuída não se tornar robusta, a exigir alterações profundas na forma de agir das distribuidoras, a formulação do planejamento do Setor não deverá alterar-se. Prevê-se que ações eficientizadoras, por parte dos consumidores, nelas inclusas a cogeração e o uso da energia solar, tenderão a se expandir, gerando as condições necessárias e suficientes para que esse planejamento venha a exigir um conhecimento mais robusto do mercado, base para as previsões de crescimento da distribuição. Os países nos quais a geração distribuída já se compôs como complemento à geração centralizada já

demonstram essa tendência, notadamente porque, como eles, o Brasil passará a viver épocas de escassez, a exigir medidas corretivas e incentivadoras da busca da eficiência no uso da energia.

Urge, pois, que se evidencie, o mais celeremente possível, essa necessidade de mesclar o planejamento setorial com a presença maciça, que virá, da geração distribuída e, também, da busca da eficiência energética: a escassez que se avizinha induzirá a introduzi-las.

Osório de Brito é engenheiro e diretor regional Rio de Janeiro da Cogen (Associação da Indústria de Cogeração de Energia)